



## CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

### ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019

1 Aos vinte e sete dias do mês de maio de 2019, às dezesseis horas e vinte e três  
2 minutos, reuniram-se nas dependências do CEA – Centro de Educação Ambiental,  
3 na Rua da Natureza 155, os conselheiros constantes na lista de presença em anexo  
4 e os demais presentes como ouvintes. O presidente Charles agradece a presença  
5 de todos. Houve justificativa de ausência por e-mail do conselheiro Angelo Barreiros.  
6 Charles questiona se há algum posicionamento acerca dos ofícios  
7 expedidos/recebidos que foram enviados no e-mail de convocação desta reunião.  
8 Não houve observações. Foi aberta a votação para aprovar a ata da 4ª reunião  
9 ordinária de 2019. Com a maioria dos presentes sendo favoráveis, a ata foi  
10 aprovada. Entrou-se no item da pauta: **3.2) Encerramento das atividades da**  
11 **Assessoria Técnico Administrativa de Gestão de Resíduos Sólidos da SEMA.**  
12 Sendo aberto um espaço para fala da ouvinte Mariza Pissinati, geógrafa, que  
13 trabalhava nesta assessoria. Começa falando que o setor de Resíduos foi criado em  
14 2010, principalmente para atender o PGRS e o PGRCC, sendo o último o Plano de  
15 Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil. Então antes de iniciar a obra, ela  
16 deveria passar por esse documento na SEMA, onde seria analisada, em um  
17 processo simples, e uma vez aprovada, para tirar o alvará de construção, a obra  
18 deveria passar pela Secretaria de Obras, que após a conclusão voltava para a  
19 SEMA para comprovar que a obra tinha sido executada dentro dos parâmetros  
20 ambientais. Tais parâmetros seriam destinar os resíduos adequadamente, onde a  
21 SEMA faria a vistoria para averiguar se a obra foi concluída, se não havia a  
22 existência de mais nenhum resíduo, eram confrontados os certificados com a obra  
23 em si quanto o que tinha sido informado no PGRCC, e também se havia uma árvore  
24 plantada na frente. Quando se fazia a verificação in loco, muitas vezes não se  
25 verificava a existência da árvore, ou até mesmo um galho colocado no lugar. Então  
26 não adiantava somente mandar a foto da árvore, pois poderiam haver simulações de  
27 plantio. Ocorria também o caso das obras que tinham sido feitas antes da lei entrar  
28 em vigor e entravam como regularização de obras, onde era averiguado a questão



## CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

### ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019

29 de a obra estar concluída e se houve plantio da árvore. Este basicamente era o  
30 trabalho realizado pela assessoria de resíduos. Questiona se a ouvinte Alaide  
31 Mateus, que também trabalhava na assessoria em questão, teria algum acréscimo.  
32 Alaide fala que em relação a esses processos ocorria do requerente, proprietário ou  
33 responsável técnico, muitas vezes declarar que a obra estava concluída, mas na  
34 vistoria era verificado que ainda estava sendo gerado muito resíduo, ou em casos de  
35 demolição, que não houve a destinação dos resíduos. Então ressaltam essas  
36 ocorrências que eram verificadas em vistoria, pois no atestado do requerente, não  
37 era possível averiguar. A Mariza complementa que muitas vezes os resíduos não  
38 estavam no terreno, mas estavam na propriedade ao lado. Era também realizada a  
39 fiscalização das empresas prestadoras de serviço de resíduos, confrontando os  
40 certificados da empresa que coletou o resíduo com as informações do gerador. Na  
41 dúvida era realizada a visita na empresa para realizar os esclarecimentos  
42 pessoalmente. Em relação ao PGRS, ele é o Plano de Gerenciamento das  
43 Empresas, onde são verificados três casos: os grandes geradores, os pequenos  
44 geradores, e os geradores de resíduos perigosos. Quem determina o grande  
45 gerador é o próprio município, na Lei Federal nº 12.305, que vai delimitar, e o nosso  
46 limite aqui é de 600 litros por semana de resíduos orgânicos, somados aos rejeitos.  
47 Em muitas situações era verificado casos com o número exato de 600 litros, porque  
48 muitas vezes o volume é maior, mas para se ter os benefícios de um pequeno  
49 gerador, era colocado o valor máximo permitido. Os benefícios refletem no aterro  
50 público municipal, pois o pequeno gerador tem direito a usar o aterro público, e  
51 assim ele paga a taxa de coleta de lixo, no carnê do IPTU, que é uma taxa baixa, por  
52 esta razão o gerador não quer perder esse benefício. Então isso é um trabalho de  
53 investigação que tem que ser realizado em muitos casos, de confrontar informações,  
54 fazer vistoria, conversar com a empresa que coleta esses resíduos para tentar  
55 observar se fecham as informações e se ele é mesmo um pequeno gerador. É um  
56 trabalho realizado em parceria com a CMTU, pois uma vez aprovado o PGRS, é



## CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

### ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019

57 encaminhado um ofício para CMTU para suspender a coleta desse gerador, e a  
58 CMTU por sua vez, envia o ofício para o gerador, com prazo de 30 dias para que ele  
59 contrate uma coleta particular e a partir desta data, ele não se beneficia mais da  
60 coleta pública, e não tendo mais, ele entra com o processo na Secretaria de  
61 Fazenda para requerer o cancelamento da taxa no carnê do IPTU. A Alaide  
62 complementa que atualmente existem 287 grandes geradores identificados, que o  
63 número é variável conforme aprovação do plano. A Mariza complementa que não se  
64 tem o conhecimento de todos os grandes geradores, que esses foram os  
65 identificados até agora. Em relação a logística reversa, tem sido avaliado, com a  
66 implantação de coletores de lâmpadas fluorescentes, as caixas vermelhas vistas em  
67 locais como supermercados, com 50 unidades espalhadas pela cidade. Este projeto  
68 já era previsto para 2018, pela Reciclos, que não estava conseguindo implantar e o  
69 setor de Resíduos interveio. Muitas vezes não é verificado o interesse de que seja  
70 implantado 100%, sendo colocado algum ponto para “dizer que está fazendo”, não  
71 chegando até o fim. A partir do momento que teve intervenção da SEMA, que foi em  
72 todos os distritos da região, para tentar implantar os coletores. Não foi possível  
73 implantar nos distritos, pois realmente não foi encontrado casas comerciais que  
74 comportavam o coletor, mas o trabalho de verificação foi feito. Então os coletores  
75 foram distribuídos pela cidade de Londrina. Da mesma forma, a intenção era fazer  
76 com pilhas e baterias portáteis e outros resíduos, o que não é um trabalho tão  
77 simples, pois nem tudo é assinado o acordo de setorial no Ministério de Meio  
78 Ambiente, e enquanto eles não assinam, o trâmite é protelado. O Estado do Paraná  
79 tem sido mais atuante, obrigando que aqueles que não assinaram, assinem os  
80 termos de compromisso. Comunica que desde 2012 é feita a articulação com o  
81 governo estadual para conseguir esses avanços. Foi através do Grupo R20, que foi  
82 possível se obter os contatos dos “cabeças” da logística reversa. O grupo é formado  
83 por representantes de todos os municípios do Estado, que se reúnem a cada dois  
84 meses em Curitiba, para buscar e cobrar soluções. O Estado e o município de



## CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

### ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019

85 Londrina têm sido muito atuantes nesse aspecto. Inclusive o grupo denomina-se  
86 R20, pois o Estado foi dividido em 20 regiões, sendo a nossa região a nº 5, com 25  
87 municípios fazendo parte da regional, coordenados por Londrina. Também foi  
88 verificado participações em todo o planejamento do Plano Estadual de Resíduos,  
89 com oficinas técnicas, acompanhamento dos técnicos e da assessoria que elaborou  
90 o plano. Participaram também de pesquisas de instituições de ensino,  
91 principalmente da UEL e da Universidade Federal. Foi pesquisado também sobre  
92 resíduos têxteis, tornando possível que uma empresa viesse para Londrina para  
93 recolher gesso, atuando por cerca de 1 ano, mas por questões de falta de  
94 segregação adequada aqui, a empresa não estava conseguindo volume suficiente  
95 para transportar para região metropolitana de Curitiba, por isso foi encerrada suas  
96 atividades. Houve participações do setor de forma ativa e passiva, ministrando e  
97 ouvindo palestras. Basicamente tem sido isso. A Alaide complementa que as últimas  
98 atividades do setor, considerando a lei municipal que foi promulgada em dezembro  
99 do ano passado, para simplificar a aprovação de projetos na Secretaria de Obras,  
100 em que o setor iniciou o arquivamento de aproximadamente 8.500 processos,  
101 relacionados a obras de área com menos de 500 m<sup>2</sup>. Quando for acima de 500 m<sup>2</sup> e  
102 entrar o PRGCC na SEMA, o processo será finalizado na SEMA, diretamente no  
103 termo de conclusão. Esse foi o maior direcionamento obtido de março até abril. A  
104 Mariza informa que não temos o Plano Municipal de Resíduos, a Lei Federal nº  
105 12.305 já preconiza que todo município deve ter, por questão de gestão, pois sem o  
106 plano, muitos recursos do governo federal não podem ser repassados. Inclusive em  
107 2015, o governo do Estado abriu processo contra os importadores de lâmpadas para  
108 que recolhessem o passivo das lâmpadas, pois se tem mais de 100 mil lâmpadas  
109 armazenadas. O secretário municipal de Meio Ambiente, José Roberto Behrend  
110 inicia apresentação de slides com explicações das alterações que estão sendo  
111 realizadas na SEMA. A Secretaria de Meio Ambiente tinha um organograma de  
112 2002, contando com duas diretorias, uma técnica e uma operacional, mais três



## **CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

### **ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019**

113 assessorias, sendo uma administrativa, uma de resíduos e a última de projetos  
114 especiais. Em dezembro houve uma alteração legislativa fundamental para alguns  
115 trabalhos da Secretaria. Após assumir a Secretaria, o Prefeito lhe deu duas  
116 incumbências preferenciais: uma com relação a gestão de arborização urbana e a  
117 outra na parte de licenciamento ambiental. Como é do conhecimento de todos,  
118 houve uma mudança profunda em 2011 com relação a forma como se administrava  
119 a administração federal, estadual e municipal, em termos das suas competências, e  
120 uma das coisas que foi verificada é como estava funcionando o processo de  
121 licenciamento das atividades vinculadas ao processo de licenciamento dentro da  
122 Secretaria. A própria lei municipal de licenciamento de 2009, prevê que o processo  
123 de licenciamento envolve dentre as etapas para obtenção do licenciamento a  
124 apresentação dos estudos ambientais através de um requerimento. Sendo que os  
125 estudos ambientais previstos na lei, dentre outros, o plano de gerenciamento de  
126 resíduos, ou seja, o plano de gerenciamento é um dos estudos previstos na  
127 legislação. Da mesma forma a Política Nacional de Resíduos também prevê no  
128 artigo 24 que o Plano de Gerenciamento é parte integrante no processo de  
129 licenciamento ambiental. Também o artigo 37 da Constituição que prevê que a  
130 administração pública tem que ser pautada nos princípios da pessoalidade,  
131 legalidade, moralidade, publicidade e eficiência na prestação dos serviços. Também  
132 aliado a isso já advém essa lei que foi criada no final de 2018, dentre os princípios  
133 da desburocratização e presunção da boa-fé, o compartilhamento de informações e  
134 eliminação de algumas formalidades ou métodos de controle de processos. E o  
135 principal que é fundamental para nós, a adoção de solução de tecnologia para  
136 simplificar os processos. Na estrutura da Secretaria temos, uma diretoria de  
137 licenciamento que cuida da certidão prévia, licenciamento ambiental de parecer  
138 ambiental, e uma assessoria de resíduos que cuidava da parte do plano de  
139 gerenciamento de resíduos, e a gerência de projetos especiais que cuidava da parte  
140 do PROVERDE. A intenção é justamente unificar os processos criando uma diretoria



## **CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

### **ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019**

141 de controle ambiental, onde as etapas de licenciamento, monitoramento e  
142 fiscalização ambiental fossem feitos por todos os integrantes da diretoria e não mais  
143 seccionado como havia acontecendo. Se tinha uma equipe que cuidava da parte do  
144 licenciamento, mas a análise de resíduos era feita em outro processo. Então a  
145 intenção é simplificar, com a eliminação de uma assessoria que posteriormente irá  
146 se incorporar, para que tais atribuições não fiquem alocadas em só uma equipe. É  
147 um perfil esquemático básico de como funciona, onde a primeira função do processo  
148 é fazer análise locacional, a partir daí é analisado matéria prima e insumos,  
149 efluentes, resíduos sólidos e emissão atmosférica. E a partir do momento que se  
150 tem esse documento, se entra com a parte de monitoramento e fiscalização. E  
151 deixando bem explícito, dentro da análise do processo de licenciamento, se tem  
152 cinco itens que devem ser analisados: geração de resíduos, geração de emissão  
153 atmosférica, geração de efluentes, a parte de matéria prima muitas vezes não é  
154 necessariamente o resíduo o principal potencial de gerador de impacto, mas sim a  
155 matéria prima que ele gera. A intenção com a integração de todos os servidores é  
156 justamente que todos venham a estar discutindo todas as externalidades do  
157 processo. O Estado já internalizou o sistema, que está agora em fase final,  
158 aguardando a apresentação do decreto que formaliza a mudança, do sistema que  
159 está sendo utilizado para um sistema mais ágil em termos de tramitação e gestão de  
160 processos. Não estamos acabando com a necessidade de apresentação do plano  
161 de gerenciamento de resíduos, mas sim integrando dentro do processo e analisando  
162 dentro da Secretaria não como setor específico, mas por todos aqueles que  
163 promovem o processo de licenciamento. Por mais que se tenha as informações  
164 cadastrais, ainda assim é obrigatório apresentar os documentos complementares,  
165 como por exemplo, certidão de viabilidade, fotocópia do RG e CPF, matrícula do  
166 imóvel e plano de gerenciamento de resíduo, ou seja, não está sendo dispensado,  
167 mas sim incorporado dentro de um processo só, para que seja feita toda a análise  
168 dele dentro de um único procedimento. Algumas perguntas que sempre ficam no ar,



## **CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

### **ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019**

169 o plano de gerenciamento tem que ser aprovado anualmente? A Política Nacional de  
170 Resíduos, foca que seja aprovado o procedimento e seja realizado o monitoramento  
171 constante da atividade. A necessidade anual é verificar se a empresa mantém aquilo  
172 que foi aprovado e não ter que aprovar novamente todo ano. Uma das  
173 características principais, da gestão de resíduos de construção civil, é que existe um  
174 procedimento já adotado, que é aprovação de alvará e habite-se, é uma cadeia que  
175 já está a muito tempo, bem instituída, que precisa de um profissional para a parte de  
176 projeto, onde o fundamental é o foco em fiscalização. E atualmente é focado em  
177 revisão de ato, que são de competência do responsável técnico, pois nossa função é  
178 de fiscalização. A intenção com as alterações apresentadas é ser possível focar  
179 muito mais em fiscalização do que em análise burocrática, em revisão de atos que já  
180 foram realizados. Terminou sua apresentação, se colocando à disposição para  
181 esclarecer qualquer dúvida. O ouvinte Camilo Kemmer Vianna, que se apresenta  
182 como diretor da Kurica Ambiental, questiona ao secretário se a apresentação feita é  
183 uma proposta, uma consulta ao CONSEMMA ou se seria uma explanação do que já  
184 está sendo feito. É respondido que se trata de uma explanação. Camilo faz a  
185 ressalva desse modelo que se tem em Londrina da gestão de resíduos que é feito  
186 até agora, discorda do dito anteriormente sobre o modelo ser referência, pois  
187 particularmente vivencia isso, viajando para diversos lugares e dialogando com  
188 técnicos, pessoas de outros órgãos ambientais. Concorda com o secretário em  
189 relação ao foco no princípio da eficiência na administração pública, porém, em  
190 relação a gestão de resíduos, a eficiência está muito mais atrelada ao controle do  
191 que a rapidez de processo. Está incorreto focar na agilidade e não focar no controle,  
192 que do ponto de vista conceitual estava bem desenhado, se não havia rapidez era  
193 por falta de estrutura. É possível resolver agilidade na administração pública com  
194 estrutura, tecnologia e capacitação. Entra no ponto essencial de sua fala, dizendo  
195 que “ali em cima, nós temos o departamento da administração pública que é o  
196 executivo, e aqui temos o Conselho que é o definidor das políticas públicas,



## **CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

### **ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019**

197 conforme definido na lei municipal, as políticas públicas ambientais não podem ser  
198 discutidas lá em cima, elas têm que ser discutidas aqui, tal como foi esse modelo  
199 que foi desenhado há 10 anos atrás”. Começou errado neste sentido, pois a  
200 proposta deveria ser primeiramente encaminhada para o Conselho, para ser  
201 analisada com a sociedade, antes de ser colocada em prática. Continua dizendo que  
202 não temos controle sobre o que de fato ocorre na cidade de Londrina e isso impacta  
203 diretamente nas contas públicas, pois é um ônus que o município assume, que não  
204 é de sua competência. No momento que colocarmos em prática essa situação,  
205 afirma que irá aumentar a quantidade de resíduos coletados pela coleta pública  
206 indevidamente, o que irá sair do nosso bolso enquanto contribuinte. Ressalta que o  
207 controle pela nota fiscal é muito frágil, pois na nota qualquer um coloca o conteúdo  
208 que quiser dentro. O que efetivamente vai dizer que aquele gerador gerou aquela  
209 quantidade que foi declarada, é o plano de gerenciamento de construção civil. Do  
210 ponto de vista do sistema, o que for declarado irá bater, mas o que confrontaria essa  
211 documentação é a análise e o conhecimento de campo. Diz que é necessário dar  
212 um “stand-by” nessas alterações e rever toda a proposta. A ouvinte Vânia Morotomi  
213 se manifesta, dizendo ser responsável pelo setor ambiental da Kurica, responsável  
214 pela assinatura dos certificados de destinação. Observa que se demorou muito para  
215 construir no gerador essa questão de solicitar o certificado de destinação, o porquê  
216 ele deve ter esse documento. Não tem ideia de quantos certificados de destinação  
217 assina por mês e vê que uma medida como essa apresentada, vai tirar desse  
218 gerador uma educação ambiental e vai começar a questão de não destinar os  
219 resíduos corretamente. Analisando a normativa 313, as solicitações que são feitas,  
220 nenhuma diz respeito a destinação, é apenas um ato declaratório de destinação, que  
221 não exige nenhuma comprovação. Além da Kurica, as empresas fortaleceram a  
222 obrigatoriedade em apresentar o certificado e agora chegou numa questão que não  
223 é mais necessária apresentação do certificado, o que deixou a todos desamparados.  
224 As empresas que investem para prestar ao cliente toda a legalidade na destinação



## **CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

### **ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019**

225 de resíduos, após a mudança, estará concorrendo com qualquer um, que não possui  
226 documento, somente uma nota fiscal, e quem não tiver interesse de analisar, vai  
227 aceita-la normalmente. O secretário ressalta que a ideia é que todo o licenciamento  
228 seja revisto e não somente uma etapa. O conselheiro Miguel diz que deve ser  
229 realizado um diagnóstico do que existe atualmente, quais são os pontos frágeis,  
230 para a partir disso ser possível procurar fundamentar a operação que visa melhoria.  
231 Não sabe se foi realizado esse estudo, para reestruturação da SEMA, e caso tenha  
232 sido feito, a intenção é que seja divulgado, para se entender melhor como está se  
233 dando todo o processo. E caso não tenha sido feito, é uma falha no processo de  
234 alteração, pois se trata de um diagnóstico compulsório nesses casos. Charles  
235 agradece as contribuições de todos que se manifestaram e passa a palavra para o  
236 conselheiro Gustavo Góes, para apresentar alguns resultados de monitoramento da  
237 fauna. Gustavo inicia apresentando os ouvintes Marcelo Arasaki e Carlos Faresin,  
238 em que o Marcelo irá apresentar os resultados dos trabalhos realizados. O Marcelo  
239 inicia dizendo que é biólogo, executor do projeto monitoramento da fauna de  
240 vertebrados atropelados em três trechos de rodovia de Londrina, é um projeto da  
241 ONG Meio Ambiente Equilibrado, da qual faz parte, que tem o apoio da Fundação  
242 Boticário. O trabalho faz parte do Projeto Godoy Mais Mil, que foi contemplado para  
243 financiamento do Boticário pela ONG Meio Ambiente Equilibrado, e especificamente  
244 o trabalho de monitoramento nas estradas é um dos objetivos, do projeto Godoy  
245 Mais Mil, então não é um projeto específico, é um objetivo dentro de um projeto  
246 maior. Esse objetivo é reduzir os danos à biodiversidade por meio de combate e  
247 sensibilização à caça e a diminuição de riscos de atropelamento. Atendendo a esse  
248 objetivo foi criado um método para monitorar os animais que estão sendo  
249 atropelados. Fazendo uma justificativa do objetivo do trabalho, os impactos  
250 ambientais das estradas, não se iniciam só quando há movimentação ou fluxo de  
251 veículos na via, a princípio quando se inicia o projeto de uma estrada, se observa a  
252 redução e perda de habitats naturais, a fragmentação de ecossistemas, a interação



## **CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

### **ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019**

253 dos humanos com os animais silvestres, devido a ponte que é criada com eles, ao  
254 construir essas rodovias. Outra justificativa para execução desse projeto é o  
255 tamanho de nossa malha rodoviária, pois o Brasil, desde a década de 60, optou por  
256 transportar todas as cargas e também pessoas, por uma malha rodoviária muito  
257 extensa, o que é uma escolha que varia em cada país. Então atualmente se tem  
258 mais de 1.610.000 km de rodovias federais, segundo a Companhia Nacional de  
259 Transportes. No nosso caso é ainda mais impactante, porque essa malha rodoviária  
260 está quase inteira dentro do bioma da mata atlântica, as maiores metrópoles como  
261 Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, dentre outros, estão dentro de  
262 uma faixa de um único bioma. Na mata atlântica, onde está a maior densidade de  
263 rodovias, também está a maior quantidade de diversidade biológica, principalmente  
264 em relação aos vertebrados. São 2.200 espécies de vertebrados, onde 60% das  
265 espécies encontradas no Brasil, são ameaçados de extinção, e apenas 2% desse  
266 bioma é protegido. Para executar esse projeto foi trabalhado com a ecologia de  
267 estradas, que é uma ciência dentro da ecologia, que trabalha com o efeito das  
268 estradas sob a biodiversidade, tanto os impactos negativos como positivos. Em  
269 2015, o Centro Brasileiro de Ecologia de Estradas, da Universidade Federal de  
270 Lavras, estimou cerca de 473 milhões de animais mortos nas estradas por ano, no  
271 Brasil inteiro. O que é uma estimativa subestimada, pois só está em cômputo os  
272 animais vertebrados, sendo que outros animais que não são considerados, como  
273 insetos, também são mortos, sendo que o número pode chegar a 1 bilhão se  
274 somarmos os animais de outros grupos no levantamento. Consequentemente a  
275 mortalidade por atropelamento é uma das principais causas de mortalidade de  
276 vertebrados no país atualmente, junto com a caça e demais problemas que incidem  
277 em nossa fauna. Para realizar o monitoramento em Londrina, foram escolhidos três  
278 trajetos: PR-538, iniciando depois da ponte do Cafezal em direção ao distrito de  
279 Espírito Santo, depois Patrimônio Regina, distrito São Luís, distrito Guaravera, até  
280 chegar na alça da PR-445, um trecho de 46 km; outro trecho é o de 23 km da PR-



## CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

### ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019

281 445, e a rodovia PR-218 que sai do Três Bocas até o distrito de Maravilha, com 21  
282 km. Foi realizada amostragem semanal de março de 2018 a janeiro de 2019, a  
283 metodologia utilizada era nunca viajar sozinho, pois são necessários um motorista e  
284 um coletor de informações, o automóvel utilizado ia a 60 km por hora, o percurso  
285 completo por semana era de 90 km. Ao encontrar um animal atropelado era anotado  
286 a coordenada geográfica do local, com data e hora, e tirada uma fotografia do animal  
287 para identificação. A intenção era saber qual trecho com maior índice de  
288 mortalidade. Com o sistema Siriema, que é um software livre, que faz o papel de  
289 indicar a parte de localização, agrupamento dos pontos de atropelamento, dispersão  
290 desses pontos de atropelamento, gerando uma estatística, com um mapeamento  
291 com hotspot, que marca com manchas vermelhas os locais com maior índice de  
292 atropelamento. Dentro dos resultados, das 40 viagens realizadas, foi totalizado  
293 3.600 km de rodovia percorrida. Dos resultados, 337 vertebrados foram encontrados  
294 mortos nas estradas, sendo 49% deles na PR-538, 35% na PR-445 e 15% na PR-  
295 218. Vai parecer que morrem mais animais na PR-538, porém o maior índice se  
296 deve ao fato do trecho ser o maior dentre os três analisados. Para saber qual  
297 estrada tinha o maior índice, foi estimado a densidade de atropelamentos por  
298 rodovia. Na PR-538, apesar de ter a maior quantidade de registros, ela era dividida  
299 por uma quilometragem muito maior, 166 registros por 1840 km rodados, que gerava  
300 um índice de 0,09 registros por km. Na PR-538 a cada 11 km era encontrado 1  
301 animal atropelado, enquanto na PR-445 por densidade é a rodovia analisada que  
302 tem o maior índice de animais atropelados, sendo 119 registros por 920 km  
303 percorridos, com índice de 0,12 registros por km, isto se deve provavelmente, pelo  
304 grande fluxo de veículos na PR-445. Segundo as conclusões do monitoramento, o  
305 Três Bocas, o Ribeirão dos Apertados e o Taquara, são regiões que mostram  
306 conexão com a fauna que está do lado esquerdo e direito da PR-445. Outra região  
307 bastante importante é o Parque Mata dos Godoy que tem uma relação bastante  
308 significativa, entre a fauna atravessando e sendo atropelada dentro do parque. A



## CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

### ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019

309 duplicação da PR-445 influenciou demais dentro da amostragem, porque quando há  
310 movimentação de máquinas e pessoas, diminui o fluxo de animais na pista, então  
311 pode ter ocorrido uma coleta subestimada pela obra. Uma decisão judicial de  
312 diminuição da zona de amortecimento do Parque Mata dos Godoy, em conjunto com  
313 a liberação de indústrias nas beiras das rodovias, são atividades que vão  
314 potencializar o número de animais atropelados. Outras conclusões é que a baixa  
315 fiscalização do Instituto Ambiental do Paraná sobre obras, principalmente sobre a  
316 PR-445, influencia diretamente nos dados obtidos. Outra conclusão é a perda de  
317 biodiversidade, pois não se tinha ideia da quantidade de animais atropelados em  
318 Londrina antes da realização do monitoramento, concluindo que são efeitos da  
319 fragmentação florestal. O uso de tecnologias para mitigação desses impactos  
320 deveria ser abordado principalmente pela fiscalização, como por exemplo, aumento  
321 da sinalização ambiental, indicando locais com passagem de fauna, implantação de  
322 radares para diminuição da velocidade dos veículos. E também trabalhar em algo  
323 que ainda é visionado no Brasil, que são as passagens de fauna. Termina sua  
324 apresentação, colocando-se à disposição para esclarecer dúvidas. A conselheira  
325 Marcia questiona se esse estudo foi apresentado ao IAP. Marcelo responde que não  
326 oficialmente, mas que o IAP apreciou o estudo. A conselheira Rachel questiona  
327 como está o caso da PR-445, se a obra está em andamento. O conselheiro Gustavo  
328 Góes responde que devido ao esforço do CONSEMMA, o IAP apreciou  
329 preliminarmente o estudo, sendo que ainda será apresentado de forma oficial. Em  
330 relação a PR-445, foi escolhida para estudo devido ser a mais importante do Norte  
331 do Paraná, e essa duplicação que está sendo feita abrange quase a totalidade do  
332 perímetro que foi analisado no estudo. A última informação que tivemos sobre o  
333 assunto, foi o processo que está em andamento, em que o IAP respondeu o ofício  
334 do Ministério Público, porém, ainda não foi enviado a cópia da resposta por parte do  
335 Ministério Público. O conselheiro Ayoub sugere que a Câmara Técnica de  
336 Biodiversidade faça uma estimativa de quanto custaria para fazer uma trincheira,



## **CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

### **ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019**

337 básica, nesses trechos mais importantes que foram verificados maior número de  
338 atropelamentos, para que seja verificado a possibilidade de utilizar recursos do  
339 Fundo. Questiona qual foi o valor do financiamento do Boticário. O Gustavo Góes  
340 informa que o valor foi aproximadamente R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil  
341 reais), porém que este projeto foi apenas uma parte do projeto total. Ayoub  
342 questiona se aproveitando o projeto que já está elaborado, seria possível pensar em  
343 algum tipo de ação, observando se é juridicamente possível, não dependendo do  
344 edital do PROVERDE, que poderia ser financiada com os recursos do Fundo, assim  
345 como aconteceu com o EPEA-2019. Após ser apresentada a estimativa de gastos, a  
346 Câmara Técnica do Fundo Municipal de Meio Ambiente irá analisar a viabilidade do  
347 projeto. Gustavo Góes agradece as sugestões e se compromete a trazer o  
348 levantamento dos recursos necessários para a realização do projeto já mencionado,  
349 bem como a proposta de monitoramento constante dos atropelamentos de fauna nas  
350 rodovias de Londrina. Charles diz que a reunião foi extensa devido a pauta sobre o  
351 encerramento das atividades da assessoria de Resíduos da SEMA. A conselheira  
352 Solange comenta que o CONSEMMA não tinha informações dessa alteração  
353 realizada pelo secretário de Meio Ambiente, então após o que foi exposto, a  
354 mudança legislativa não passou pelo CONSEMMA, o que deverá ser revisto. No  
355 mínimo o CONSEMMA deveria encaminhar um pedido para que isso se retornasse,  
356 porque 500 m<sup>2</sup> de construção é equivalente a construção de mansão. Sugestiona  
357 que seja encaminhada uma correspondência, inclusive para a Câmara Municipal de  
358 Londrina, questionando o porquê uma alteração legislativa como essa, não passou  
359 anteriormente por este Conselho. O conselheiro Gerson informa que a alteração foi  
360 disciplinada por um decreto do prefeito. Solange ressalta que o CONSEMMA como  
361 órgão fiscalizador, que é protagonista de várias políticas públicas, deveria  
362 encaminhar para que esse decreto seja analisado aqui, para ser acatada as  
363 modificações. Gustavo Góes ressalta que outro ponto importante é o diálogo que  
364 tivemos recentemente em relação a criação da Diretoria de Bem-Estar Animal,



## **CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

### **ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019**

365 infelizmente a proposta só veio do legislativo para cá, sem prévia consulta ao  
366 CONSEMMA, pois o projeto em si partiu do executivo. Ressalta que deve haver um  
367 procedimento em que o executivo respeite o CONSEMMA, como órgão normativo e  
368 deliberativo. O conselheiro Rafael questiona se o Conselho tem força para revogar  
369 um Decreto. Ayoub informa que o Conselho tem força política para questionar, pois  
370 se as leis que possuem vigência duradoura, com um trâmite maior, que tem que  
371 passar pela Câmara e etc, tem que ser remetidas para manifestação deste  
372 Conselho, o decreto não seria diferente. Rafael ressalta que entre entender e fazer  
373 acontecer há diferença, existe uma lei que seguiu todo o procedimento para sua  
374 construção, de forma democrática, o Gerson falou que o Prefeito e o secretário  
375 decretaram uma medida contra aquela lei que foi construída de uma forma mais  
376 democrática, então questiona como o Conselho tem força para revogar esse  
377 decreto. Ayoub responde que está nas mãos do prefeito e do secretário, mas que o  
378 Conselho possui força política para agir, e que não é possível deixar isso passar,  
379 pois resultará no enfraquecimento do CONSEMMA. A conselheira Marcia  
380 complementa que um ouvinte que estava presente na reunião, em sua fala,  
381 questionou ao secretário se houve algum debate antes de aplicar as alterações no  
382 tema Resíduos dentro da Secretaria, ressaltando que não houve resposta do  
383 secretário. A conselheira Rachel ressalta que o secretário, após sua apresentação,  
384 questionou se alguém teria alguma dúvida, o que ela discorda, porque o esperado  
385 era que se explicasse todo o processo de alteração da forma mais clara possível.  
386 Solange demonstra sua preocupação com várias questões, como do Centro Histórico,  
387 que em 16 de maio teve uma audiência pública, sobre o Centro, Concha Acústica e  
388 Bosque Municipal, envolvendo várias discussões, como a possibilidade de se  
389 realizar uma intervenção no Bosque. O Conselho de Patrimônio já foi acionado, para  
390 que dê sua colaboração, entende que o CONSEMMA também poderia analisar o  
391 tema e se manifestar, devido sua importância. A questão de segurança no Centro  
392 Histórico está muito séria e é este o problema que está fazendo com que todos ali



## **CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

### **ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019**

393 do entorno, estejam em uma situação muito complicada. Marcia ressalta que estão  
394 tirando árvores de todas as praças, porém que moradores de rua continuam vivendo  
395 nesses locais, expressando que não sabe o que está acontecendo, que opina que  
396 estão despejando as pessoas de Londrina. Explica que não tem nada contra essas  
397 pessoas, mas tem gente que oferece alimentos e outros auxílios, principalmente na  
398 Concha Acústica, o que segundo ela, seria o motivo da permanência dessas  
399 pessoas. E realizando tais atos, não pensam na segurança dos moradores da  
400 região. O tempo da reunião se excedeu e não foi possível abordar os demais  
401 assuntos presentes na pauta, sendo lavrada a presente ata que, se lida e achada de  
402 acordo, segue assinada por mim, Lislely Maluf Okada, estagiária, designada, pelo  
403 Presidente do CONSEMMA, Charles Dos Santos (Biênio 2018/2019).